



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei Nº 7.729, de 16/01/1989
Data de instalação	14/07/1989
Data da última correição	26 de agosto de 2021
Período de correicionado	1º/8/2021 a 28/2/2022

Ao primeiro dia do mês de abril de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 005/2022, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação da Juíza titular, Maria das Dores Alves, pela Juíza, da Juíza substituta, Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza, da Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao



período de **1º/8/2021 a 28/2/2022** (7 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Maria das Dores Alves	31/1/2021 - Ato TRT SGP nº 045/2021

1.1.2 Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	7/2/2011 - Ato TRT SCP nº 041/2011

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Cynthia Dantas de Carvalho	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/4/2013
Emanuel Neves de Lima	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	1º/3/2021
Girlene Moreira Duarte	Técnico Judiciário – Assistente III	13/1/2015
Givaldo de Sousa Costa Filho	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	24/9/2012
Lairton Curi de Melo	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/7/2013
Liedo Antônio Miranda Chaves	Técnico Judiciário - Calculista	26/10/2014
Maria Auxiliadora Queiroz de Oliveira	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	3/2/2021
Marlon Sandro de Oliveira Cruz	Técnico Judiciário – Assistente III	15/7/2020
Rodrigo Canônico	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	16/2/2021
Valdemar Jeronimo Xavier Filho	Analista Judiciário – Assistente III	23/9/2013
Valdevina Félix da Costa Pereira	Técnico Judiciário	24/9/2021
Vinicius Ricardo Mendonca Targino	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	2/11/2021



William Pessoa Cardoso de Albuquerque	Analista Judiciário – Calculista	1º/3/2013
---------------------------------------	----------------------------------	-----------

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

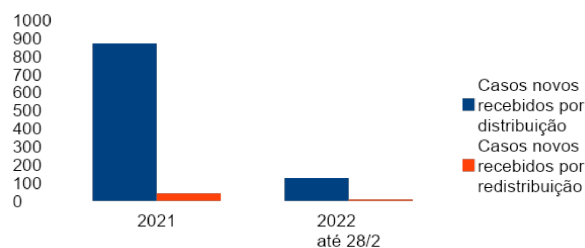
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 28/2/2022, um acervo processual de **2.754** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	995
Fase de Liquidação	72
Fase de execução	1.678
Cartas precatórias e de ordem	9
TOTAL	2.754

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 28/2
Casos novos recebidos por distribuição	869	127
Casos novos recebidos por redistribuição	42	9
TOTAL	911	136





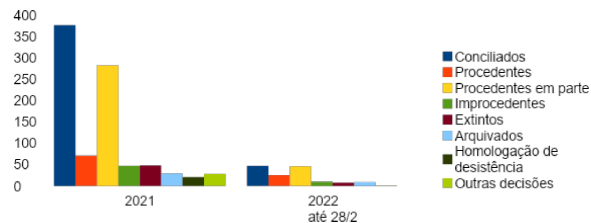
No período correicionado, não há registro de processo recebido com sentença anulada pelo próprio juízo e com sentença anulada pela instância superior.

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (agosto/2021 a fevereiro/2022):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

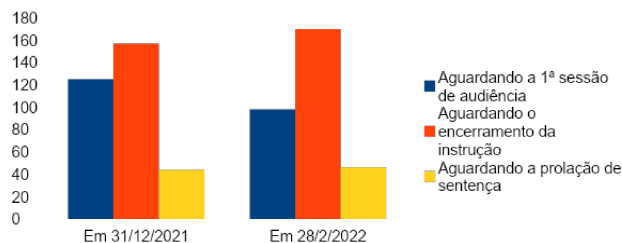
Item	2021	2022 até 28/2
Conciliados	376	47
Procedentes	71	25
Procedentes em parte	282	46
Improcedentes	47	10
Extintos	48	8
Arquivados	29	9
Homologação de desistência	21	1
Outras decisões	28	-
TOTAL	902	146



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 28/2/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	125	98
Aguardando o encerramento da instrução	157	170
Aguardando a prolação de sentença	44	46
TOTAL	326	314



2.4 Pendentes de finalização (Fonte: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 28/02	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	1.004	995	-0,90%
Fase de liquidação	67	72	7,46%
Fase de execução	1.685	1.678	-0,47%



*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	87	85	124	114	39
Conciliação em conhecimento	-	2	1	-	3
Conciliação em Execução	5	8	15	15	11
Una	6	5	1	7	-
Instrução	44	39	68	66	-

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira, com seis pautas de audiências semanais, podendo haver alterações e distribuídas da seguinte forma:

Dia da semana	Turno
Segunda	manhã e tarde
Terça	manhã
Quarta	tarde
Quinta	manhã e tarde

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa e unidade correicionada (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correccionada
08/21	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	129,83
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	153,92
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	118
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	142,08
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	95,83
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	48,33
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	117,42
TOTAL	680	1001	1089	831	685	873	1082	491	781	696	767	699	821	805,42

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 28/2
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	63	58
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	124	117
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	155	136
Da conclusão à prolação da sentença	23	32
Do ajuizamento até a prolação da sentença	163	149

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
Embargos de declaração	Recebidos	37
	Baixados	47
	Pendentes	18
Tutela Provisórias	Recebidos	21
	Apreciadas	19
	Pendentes	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Liquidação /Execução	Recebidos	81	28
	Baixados	71	18
	Pendentes	27	34

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/8/2021 a 28/2/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	222	189	52
Recurso adesivo	15	15	2
Agravo de petição	94	75	17
Total	331	279	71

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **127** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **273** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **179** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **28/02**, é de **114** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **296** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **168** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **163** dias, para o ano base de **2021**, e de **149** dias, relativo a este ano de **2022**, até 28 de fevereiro.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.343** dias, e de **1.221** dias, referente ao exercício atual até o dia 28 de fevereiro.



Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de **2021**, foi o **3º** maior prazo, tanto em relação à jurisdição, como também a todo o Regional.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 28/2
Execuções pendentes	1.822	1.623
Execuções iniciadas	288	43
Desarquivados	925	93
Recebidos de outros Órgãos	2	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	406	45
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	443	67
Total de processos pendentes de execução	1.623	1.617

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (agosto/2021 a fevereiro/2022):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: e-Gestão)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Acordo	PJe	R\$ 8.661.022,53	R\$ 675.429,41
Espontâneo	PJe	R\$ 4.205.938,20	R\$ 235.042,89
Execução	PJe	R\$ 7.168.014,82	R\$ 716.504,38
TOTAL		R\$ 20.034.975,55	R\$ 1.626.976,68

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 28/2
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 299.978,80	R\$ 32.228,46
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 3.131.399,31	R\$ 290.056,83
Imposto de renda	PJe	R\$ 660.404,32	R\$ 18.755,83
TOTAL		R\$ 4.091.782,43	R\$ 341.041,12

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORRECIONADO 1º/09/2021 a 28/02/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	Pje	299
INFOJUD	Pje	55
SIMBA	Pje	-
RENAJUD	Pje	92
BNDT	Pendentes (PJe)	173
	Incluídos (PJe)	162

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	99,44%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	91,95%
Unidade Correicionada	108,40%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **127** casos novos (por distribuição) e **142** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **108,40%**.

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	105,40% da Meta 2
	98,02% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	102,00% da Meta 2
	94,86% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	102,48% da Meta 2
	95,31% dos processos distribuídos até 31/12/2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	127,98% da Meta 3
	49,28% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	73,1% da Meta 3
	70,76% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	90,08% da Meta 3
	86,65% de índice de conciliação

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.	
Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	113,33%

Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	53,16%
Unidade Correicionada	50,07%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	35	21	450	471	92,78	95,73	94,27	
2022-02	97	39	427	488	76,39	89,05	82,66	

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest



O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, em 2022, enquanto que na fase de execução houve manutenção da quantidade entre os anos de 2020 e 2021, e nos primeiros meses de 2022, redução no quantitativo.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 28/02
Fase de conhecimento	640	858	132
Fase de execução	756	762	60

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.037
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	858
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 28/2)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	181
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	174
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	165
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	162
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	149
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	137
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	135
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	132
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	125
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	117
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	113
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	105

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 28/2)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	208
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	133
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	116
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	107
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	97
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	91
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	91
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	85
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	80
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	75
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	65
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	60
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **427ª colocação**, entre as 1571 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (474 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de conges- tamento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	9º	56º	7º	43º
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	8º	104º	3º	1º	76º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	13º	15º	214º	2º	12º
13ª Região - PB - 4ª Vara de João Pessoa	169º	150º	243º	181º	151º	165º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conheci- mento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
----------	-------	------------------------------------	-----------------------------	---------------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	39,14	32,88	582,34
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	91,05	52,04	1.328,65
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	74,71	63,21	413,38
13ª Região - PB - 4ª Vara de João Pessoa	169º	162,8	124,41	1.343,12

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	886	90	8
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	391	669	9
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	823	476	8
13ª Região - PB - 4ª Vara de João Pessoa	169º	858	762	13

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2021, estando a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.571 varas do país (consulta realizada em 24/03/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 2021	404º	355º	768º	575º	349º	454º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

junho 2021	541°	309°	804°	572°	636°	772°
setembro 2021	569°	303°	771°	502°	663°	819°
dezembro 2021	427°	307°	721°	550°	367°	511°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.571 varas do país (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

Vara	Colocação no IGEST
13ª	76ª
11ª	80ª
3ª	109ª
12ª	215ª
10ª	247ª
5ª	249ª
6ª	316ª
7ª	323ª
1ª	342ª
4ª	427ª
9ª	614ª
8ª	786ª
2ª	888ª



Ainda para demonstrar os números obtidos pela 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
162,8 dias	194 dias
Início ao encerramento da liquidação	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
124,4 dias	206,5 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1348 dias	1.056 dias
Início à extinção da execução - ente público	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1279 dias	792,3 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1043 dias	1.040 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

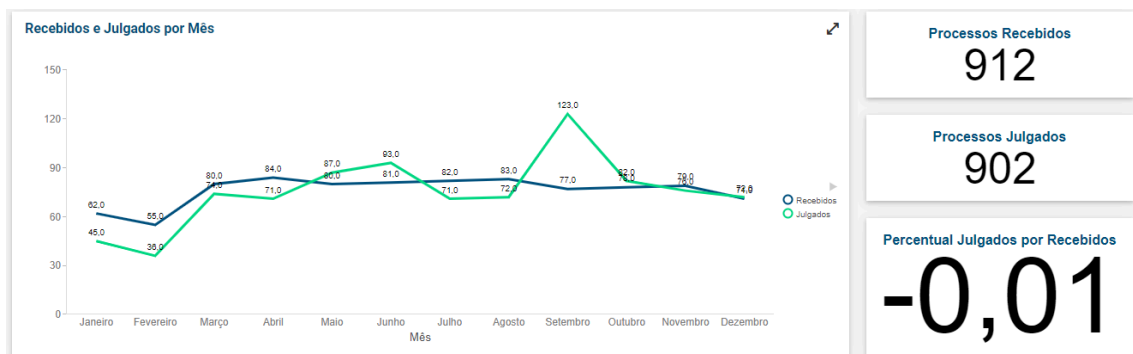
Percentual de processos julgados por recebidos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-1,1%	5%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular (Fonte: SAOAdm)

Maria das Dores Alves - 1º/08/2021 a 28/02/2022			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias - Compensação	SAOAdm	8/11/2021 a 9/11/2021	2
Férias	SAOAdm	18/11/2021 a 7/12/2021	20

Juíza Substituta (Fonte: SAOAdm)

Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza - 1º/08/2021 a 28/02/2022			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	27/11/2021 a 16/12/2021	20
Férias	SAOAdm	3/2/2022 a 22/2/2022	20

13.1 Assiduidade dos magistrados



Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/8/2021 a 28/2/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Encerramento da Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	9	71	65	212	1	8	366
Aercio Pereira de Lima Filho	-	8	-	6	-	-	14
Maria das Dores Alves	8	122	1	228	1	14	374
Mariana Petit Horácio de Brito	-	12	-	-	-	-	12
Lindinaldo Silva Marinho	-	4	-	4	-	-	8

13.4 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Maria das Dores Alves	93	30	32	155
Lindinaldo Silva Marinho	1	1	-	2
Aercio Pereira de Lima Filho	3	1	-	4
Mariana Petit Horácio de Brito	1	1	-	2
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	81	32	22	135

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

	Com Exame do mérito	Sem Exame do mérito	
Magistrados			Total



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	4	-	6	-	-	1	-	1	12
Lindinaldo Silva Marinho	1	1	-	1	-	-	-	-	3
Maria das Dores Alves	113	38	80	15	-	10	15	14	285
Mariana Petit Horácio de Brito	1	1	2	-	-	-	2	-	6
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	89	20	100	18	1	13	7	10	258

No período correicionado, a Juíza titular laborou 178 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,6 processo/dia. A Juíza substituta laborou 172 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,5 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	308
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	158
Homologação da Transação Extrajudicial	57
Embargos de Terceiro Cível	18
Consignação em Pagamento	11
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	9
Ação Civil Pública Cível	4
Ação de Cumprimento	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Mandado de Segurança Cível	1



15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças Líquidas	%
Maria das Dores Alves	88	74,58%
Lindinaldo Silva Marinho	1	100%
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	102	85%
Aercio Pereira de Lima Filho	0	0
Mariana Petit Horácio de Brito	0	0

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	12
Lindinaldo Silva Marinho	3
Maria das Dores Alves	285
Mariana Petit Horácio de Brito	6
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	232

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 29 dias

Magistrado	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	9
Maria das Dores Alves	18
Mariana Petit Horácio de Brito	10
Mirella Darc de Melo Cahu Arcoverde de Souza	43
Lindinaldo Silva Marinho	30

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em



15/12/2021, destacando a magistrada titular o trabalho para cumprimento da Meta 3 do CNJ e o compromisso de zelar pelo acervo processual, com o devido registro de pagamentos e manutenção da revisão das solicitações via Sisbajud e registros de BNDT.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional -> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado, entre setembro de 2021 e fevereiro de 2022 - 6 meses, apenas a devolução ao reclamado no valor de R\$ 3.788,79.

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0001291-45.2017.5.13.0004, 0000407-45.2019.5.13.0004, 0001600-03.2016.5.13.0004, 0000407-45.2019.5.13.0004.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual



para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD Nº 2317/2022), as magistradas não participaram de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, no entanto, frequentaram diversas capacitações, conforme abaixo destacado.

Constata-se que as magistradas Maria das Dores Alves e Mirella D'arc de Melo Cahu Arcoverde de Souza **participaram de atividades de formação continuada** (Resolução ENAMAT nº 09/2011), cumprindo a carga horária mínima semestral de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

Os cursos realizados pelas magistradas da unidade correicionada estão abaixo descritos:

Magistradas	Descrição
MARIA DAS DORES ALVES	CFC SOBRE AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS – PROAD 10210/2021 CFC SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUAS REPERCUSSÕES NA JUSTIÇA DO TRABALHO E NAS RELAÇÕES LABORAIS – PROAD 19671/2020 DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 DO TRABALHO WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO DA 13ª REGIÃO – TRABALHO DECENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA – P 20598.21 PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS: SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – P20262.21 – DIAS 11 A 25 DE MAIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>NEGOCIAÇÃO COLETIVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E PROCEDIMENTALIDADE – P 19890</p> <p>LIVE 17 GESTÃO DE CONFLITOS COM ÊNFASE NA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA</p> <p>REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) - PROAD 23447/2021</p> <p>PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA: ESTRUTURA, FORMAÇÃO E OBRIGATORIEDADE PROAD 19775/2021</p> <p>ÉTICA JUDICIAL NA ERA DIGITAL PARA MAGISTRADOS – PROAD 25193/2021 – 17/11 – 2 h/a</p> <p>BURNOUT: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO – PROAD 27893/2021 – 18, 25/11 e 2/12 – 6 H/A</p>
<p>MIRELLA D'ARC DE MELO CAHU ARCOVERDE DE SOUZA</p>	<p>WEBINÁRIO METODOLOGIAS ÁGEIS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA INOVADORA E DESIGN THINKING – PROAD 20742</p> <p>INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTAS DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA – P. 10233, 10234 e 10235/2021</p> <p>CFC SOBRE AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS– PROAD 10210/2021</p> <p>CFC SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUAS REPERCUSSÕES NA JUSTIÇA DO TRABALHO E NAS RELAÇÕES LABORAIS – PROAD 19671/2020</p> <p>DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 DO TRABALHO</p> <p>WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO DA 13ª REGIÃO – TRABALHO DECENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA – P 20598.21</p> <p>JUSTIÇA DO TRABALHO E DEMOCRACIA – PROAD 22060.21</p> <p>PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS E PROTEÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA)</p> <p>BURNOUT: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO – PROAD 27893/2021 – 18, 25/11 e 2/12 – 6 H/A</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
CYNTHIA DANTAS DE CARVALHO	TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM/ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT- DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO/ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO MÉTODOS E TÉCNICAS NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS/ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL- ESAB COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL/ESCOLA SUPERIOR ABERTA DO BRASIL- ESAB
EMANUEL NEVES DE LIMA	TRT - NEGOCIAÇÃO COLETIVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E PROCEDIMENTALIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - TURMA 4 / CSJT - CEDUC-JT TRT - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO COTIDIANO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
GIVALDO DE SOUSA COSTA FILHO	TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - NOÇÕES BÁSICAS DE LIBRAS - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
LAIRTON CURI DE MELO	TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

<p>MARIA AUXILIADORA QUEIROZ DE OLIVEIRA</p>	<p>WEBINAR EXECUÇÃO TRABALHISTA: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA UMA EXECUÇÃO EFETIVA / IGEX - INSTITUTO GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS</p> <p>TRT - WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO DA 13ª REGIÃO - TRABALHO DECENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL - TURMA 1/2021 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRÓ LABORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>DESVENDANDO O SISBAJUD / IGEX - INSTITUTO GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS</p>
<p>RODRIGO CANÔNICO</p>	<p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<p>VALDEMAR JERONIMO XAVIER FILHO</p>	<p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MINDFULLNESS EATING (ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE) / SEGEPE - TRT 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

WILLIAM PESSOA CARDOSO DE ALBUQUERQUE	LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO
--	--

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
GIRLENE MOREIRA DUARTE
LIEDO ANTÔNIO MIRANDA CHAVES
MARLON SANDRO DE OLIVEIRA CRUZ
VALDEVINA FÉLIX DA COSTA PEREIRA
VINICIUS RICARDO MENDONÇA TARGINO

Da análise das informações prestadas, evidenciada a baixa participação em atividades de capacitação promovidas pela Escola Judicial, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltados à efetividade da atividade jurisdicional, bem como que os magistrados participem de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 13 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.



Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foi registrada apenas uma ocorrência na Ouvidoria nos últimos seis meses, devidamente respondida.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB,



CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR nº 004/2022.

2. Recomendações específicas

a) velar para que os prazos médios nos processos em tramitação não ultrapassem os seguintes interstícios:

- do ajuizamento à realização da primeira audiência: 30 dias (realizar pautas do tipo inicial para processos novos com, no mínimo, 20 dias úteis, caso seja necessária a expedição de intimação via postal (prazo legal e cumprimento pelo e-carta);
- do ajuizamento ao encerramento da instrução: 120 dias (realizar, no mínimo, 10 instruções por semana, e incrementar a pauta a fim de possibilitar que o prazo médio da 1ª audiência ao encerramento da instrução esteja em 30 dias corridos, procedendo-se, como exemplos de providências, à inclusão diária de mais processos em pauta, abertura de novos dias, designação de processos no período da tarde;
- do ajuizamento à prolação da sentença: 150 dias.

b) evitar adiamentos de audiências com novas designações em datas que ultrapassem 15 dias, a exemplo do ocorrido nos processos 0000614-73.2021.5.13.0004, 0000890-07.2021.5.13.0004, 0000099-72.2020.5.13.0004, 0000745-48.2021.5.13.0004, 0000469-17.2021.5.13.0004;



- c) em casos de possibilidade de celebração de acordos, providenciar a inclusão em pauta em, no máximo, uma semana, evitando-se o elástico do prazo, a exemplo do ocorrido no processo 0000908-28.2021.5.13.0004;
- d) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- e) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- f) utilizar a prática de “despacho com força de ofício”, fazendo constar prazo para resposta e sanção na hipótese de descumprimento do prazo, a fim de otimizar a rotina da secretaria, a exemplo do processo 0000144-76.2020.5.13.0004;
- g) observar as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, destacando-se o que diz respeito aos processos relativos a empresas em recuperação judicial, evitando-se que permaneçam na fase de conhecimento, a exemplo do processo 0000601-45.2019.5.13.0004;
- h) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

À Diretora de Secretaria

- a) ter atenção quando da análise de processos migrados do SUAP, a fim de proceder à revisão das partes e documentos (Recomendação TRT13 SCR Nº 01/2022), evitando-se o ocorrido no processo 0023000-44.2014.5.13.0004;
- b) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) observar as recomendações da ata de correição, de forma a aprimorar o desempenho da unidade judiciária e o cumprimento das metas do CNJ;



- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0013300-44.2014.5.13.0004, 0000612-40.2020.5.13.0004, 0000441-25.2016.5.13.0004, 0000159-79.2019.5.13.0004;
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, evitando-se o ocorrido nos processos 0000798-97.2019.5.13.0004, 0001102-04.2016.5.13.0004, por exemplo;
- f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- g) participar e incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;
- b) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0013300-44.2014.5.13.0004, 0000612-40.2020.5.13.0004, 0000441-25.2016.5.13.0004, 0000159-79.2019.5.13.0004;



- c) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, evitando-se o ocorrido nos processos 0000798-97.2019.5.13.0004, 0001102-04.2016.5.13.0004, por exemplo;
- d) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem a informação de inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários (Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019);
- e) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 2 (105,4%), 3 (127,98%) e 5 (113,33%). O excelente índice obtido na Meta 3, atinente às conciliações na fase de conhecimento, contribuiu para o atingimento da Meta pelo TRT no ano de 2021, parabenizando-se os magistrados pelos esforços realizados com a finalidade de pacificação social.

Dever-se-á observar os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução (o 4º maior acervo do Regional) em pauta para realização de audiências de conciliação, já tendo os magistrados demonstrado habilidade na condução de audiências com o intuito conciliatório, como se pode observar do índice da Meta 3 de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A evolução da 4ª Vara do Trabalho de João Pessoa no Igest é ponto que necessita de constante acompanhamento, destacando-se que houve evolução nas últimas duas apurações, tendo passado da 569ª para a 427ª posição, encontrando-se bem próxima do primeiro quartil, recomendando-se o permanente monitoramento dos processos pendentes na fase de conhecimento, sempre na busca da redução de prazos e identificação de possíveis inconsistências.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA
ANDRADE:101344484

Assinado de forma digital por THIAGO DE OLIVEIRA
ANDRADE:101344484
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-
JUS, ou=Cert-JUS Institucional - A3, ou=17334115000115,
ou=VideoConferencia, ou=Tribunal Regional do Trabalho da 13 Região-
TRT13, ou=Magistrado, cn=THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE:101344484
Dados: 2022.04.05 09:44:14 -03'00'

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



ANEXO

VISTOS

0013300-44.2014.5.13.0004	0000680-24.2019.5.13.0004	0000030-79.2016.5.13.0004
0000981-05.2018.5.13.0004	0000467-18.2019.5.13.0004	0000410-63.2020.5.13.0004
0000131-82.2017.5.13.0004	0000822-37.2019.5.13.0001	0000536-50.2019.5.13.0004
0000634-06.2017.5.13.0004	0123500-65.2007.5.13.0004	0000144-76.2020.5.13.0004
0000290-88.2018.5.13.0004	0001488-43.2017.5.13.0022	0000080-66.2020.5.13.0004
0000107-49.2020.5.13.0004	0000510-18.2020.5.13.0004	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000612-40.2020.5.13.0004	0023000-44.2014.5.13.0004	0060600-02.2014.5.13.0004
0000049-17.2018.5.13.0004	0000441-25.2016.5.13.0004	0000798-97.2019.5.13.0004
0046900-95.2010.5.13.0004	0131871-37.2015.5.13.0004	0001021-55.2016.5.13.0004
0000411-48.2020.5.13.0004	0000611-55.2020.5.13.0004	0000159-79.2019.5.13.0004
0001102-04.2016.5.13.0004		